

O ENSINO SUPERIOR EM FREDERICO WESTPHALEN: UMA TRAJETÓRIA COMUNITÁRIA

Higher Education in Frederico Westphalen: a Community Trajectory

La Enseñanza Universitaria en Frederico Westphalen: una Trayectoria Comunitaria

Breno Antônio Sponchiado¹

Resumo: Este texto visa reconstruir as origens históricas do Ensino Superior na região do município de Frederico Westphalen, enfocando, prioritariamente os grupos sociais que atuaram na sua implantação. Visa a identificar os ideais dos protagonistas pioneiros, a concepção e formatação do modelo comunitário de ensino superior presente no seu surgimento. As reflexões evidenciam uma experiência de estruturação de um educandário em bases participativas, que prioriza o coletivo e marcada pelo compromisso com a região. Este vínculo fundante com a comunidade exige e permite da academia um processo contínuo e dinâmico de repensar-se e reestruturar-se. A investigação foi instrumentalizada através da bibliografia, da documentação original dos arquivos da FESAU/FURI e de depoimentos dos envolvidos na implantação da FESAU.

Palavras-Chave: Ensino Superior, modelo comunitário de ensino, FESAU.

Quanto ao *modus operandi* da criação da Fundação de Ensino Superior do Alto Uruguai, constata-se que seguiu um caminho semelhante às demais Instituições de Ensino Superior (IES) no Norte do Rio Grande do Sul (FAPES, FESAU, FUNDAMES), estando à frente da iniciativa as lideranças das comunidades locais que assumem a tarefa da sua organização e manutenção. Acresce-se o fato de não visarem a lucros e prestar serviços de utilidade pública, daí se caracterizarem, como “comunitárias”. Este ethos comunitário já detinha certa tradição, estando vinculado às raízes educacionais da região:

As origens das Instituições se fundem com as da própria população regional, uma vez que são a evolução da escola primária que foi organizada pelo imigrante e colonizador da região. A escola assim organizada era elemento de integração, de preservação de cultura e de valorização de princípios espirituais e materiais que caracterizavam a cosmovisão do homem desbravador e construtor de uma comunidade regional típica (Revista da URI, p.9).²

¹ Doutor em História. Professor do DCH da URI-FW. E-mail: sponchiado@uri.edu.br.

² Universidade Regional Integrada – *Histórico*. Texto elaborado pelos profs. Cléo J. Ortigara, Glênio R. Cabral, Ivo Blatt, Mara R. Rösler e Martin Mikoski. In Revista da Universidade Regional Integrada, 1989.

Constata-se que foram as demandas advindas do processo histórico, ou seja, a evolução socioeconômica e o aumento populacional que desencadeiam o surgimento do ensino em sucessivos graus. Atente-se, que vinculado a esse fenômeno, está a ausência ou a mínima participação do Estado na organização do Ensino Médio e Superior. Como enfatizam Both; Frantz:

Na ausência do Estado, as comunidades do DGE-383 sempre souberam superar seus limites educacionais, assumindo o compromisso de dar bom destino ao conhecimento humano, fazendo deste seu instrumento de libertação. Com a intenção de fugir à exploração ou perda de identidade, eram deflagrados mecanismos de efeitos eficazes e apropriados. - Sem as vantagens dos grandes centros, sem privilégio da política oficial, sem a força das grandes famílias da oligarquia gaúcha detentoras de poder, os centros populacionais, eixos de irradiação da cultura no DGE-38, tiveram também que prover pelo ensino superior (BOTH; FRANTZ, 1985, p. 14).

Outra força presente na organização do ensino foram as Igrejas, sobretudo a Católica, presente nas comunidades de origem italiana. Vale lembrar que a Capela representou o ponto gravitacional da vida religiosa, cultural e social dos nascentes povoados. É sintomático que, por vezes, as dependências da capela/oratório serviam de sala de aula onde o padre, o pastor ou o capelão/sacristão lecionavam. A Igreja, evidentemente, via no ensino escolar um potente meio de evangelização, de perpetuar suas crenças e manter seus costumes. E chamava para si esse compromisso. Uma visão do ensino como um patrimônio essencialmente humano, vemos nas palavras da prédica do Bispo Dom Bruno Maldaner, por ocasião da instalação da URI em Frederico Westphalen (24.09.1992):

Com razão disse alguém, que uma Nação começa a existir quando existem escolas. Mais importante ainda do que rasgar estradas; do que levantar pontes; do que semear indústrias, é construir escolas: primárias, secundárias e superiores; é reforçar as áreas de ensino em todos os graus; e dar a todos possibilidades de usufruir do direito natural que lhes assiste, de participar dos bens de cultura; portanto, do direito a uma instrução de base e a uma instrução técnica e

³ O Distrito Geo-Educacional 38 abarcava 12 Instituições de Ensino Superior e 113 municípios do Norte-Noroeste do RS. Em 1976 foi formalizado entre as IES um acordo de intercâmbio e mútua colaboração, criando um Conselho do Distrito que passa a dinamizar a vida do Distrito. Essa integração desencadeou diversos programas em conjunto, como de Capacitação de Recursos Humanos, de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino Superior, de Estudos Conjuntos. O DGE serviu, também, como um elo com as Delegacias de Ensino e Secretarias Municipais de Educação. Serviu, certamente, para pavimentar o caminho do modelo que desembocaria na URI.

profissional, que lhes assegure uma vida melhor e um futuro mais promissor (SPONCHIADO, p.154).

Cidades maiores, em geral, receberam um colégio confessional e juvenatos ou seminários. Por certo, estes centros de formação repercutiram no modo de organização do ensino superior, como destacam Both; Frantz (1985):

Milhares de adolescentes, terminada sua formação nas escolas comunitárias, partiam para os seminários e juvenatos para completar seus estudos de nível médio e secundário. Raros completavam seus estudos teológicos. Assim sendo, a maioria retornava a sua comunidade, trabalhando nas escolas de ensino médio, ou dedicando-se a outras atividades que exigiam melhor formação. - Convém salientar que muitos egressos dos juvenatos e seminários partiam para as universidades, retornando depois para ministrar seus conhecimentos nas escolas secundárias e mais tarde seriam a base pedagógica das escolas superiores da região (id. ib.).

Esta influência assinalada pode ser vista, por exemplo, na escolha dos cursos iniciais, com a preferência aos cursos das Ciências Humanas, as chamadas “humanidades” nos educandários dirigidos pela Igreja. Lembremos, a esse respeito, que o primeiro curso proposto na implantação da FESAU foi o de Filosofia, pelo fato de poder contar com os estudantes seminaristas. Ademais, pode-se perguntar: qual a repercussão nas práticas educativas destas IES da herança trazida pelos educados pelos padres jesuítas (encarregados pelos Seminários Central de São Leopoldo e Diocesano de Santa Maria) embasados na pedagogia da Ratio Studiorum?

Prosseguindo na análise da dinâmica peculiar percorrida pela escola e a implementação do ensino superior, inserida num contexto geográfico e histórico particular, vemos que acabou por criar uma identidade sui-generis, em constante autoconstrução. Uma avaliação da caminhada das IES do DGE-38 constatou:

Muitas destas instituições surgidas num momento em que o Estado não mais pôde conter a demanda, sob o signo da interiorização e do isolamento, tiveram uma origem quase bastarda, mais do que “queridas”, na impossibilidade de evitá-las, foram “toleradas” pelo Estado. – Por mais paradoxal que pareça, estas instituições fizeram, de sua fraqueza, sua força. Não se isolaram da realidade. Assumiram-na e ao assumi-la, identificaram-se a si mesmas a partir da prática. – Abrigaram segmentos da população que jamais teriam acesso às universidades dos grandes

centros urbanos e os transformaram em recursos humanos, mais qualificados para seu desenvolvimento econômico e social.¹ (MIKOSKI e ORTIGARA, 1985, p. 23s).

Os autores entendem que a inserção na realidade regional, interagindo com toda a população, as IES superam a tese que considera as instituições apenas como aparelhos de reprodução social. “Ao contrário constituem-se em instrumentos dinamizadores da sociedade, buscando superar as graves contradições desta sociedade”, concluem.

A citada orfandade da FESAU por parte do Estado merece uma análise mais acurada, pois verifica-se que, apesar da quase ausência da União e do Estado, temos a presença de agentes públicos que, por conta própria ou representando as suas esferas de ação, vão protagonizar os fatos. Trata-se do deputado e Ministro Tarso Dutra e do Reitor da Universidade Federal de Santa Maria, José Mariano da Rocha Filho. Nerone é categórico em sua entrevista: “sem eles a FESAU não teria existido”. Tarso de Moraes Dutra (1914-1983) vincula-se à região desde os tempos de candidato a deputado (1947), tendo sempre recebido considerável votação, contando com um grande cabo-eleitoral, o líder religioso Mons. Vitor Battisella, primeiro e por 30 anos pároco de Frederico Westphalen. Em contrapartida, sempre contou com polpudas verbas públicas para suas iniciativas, como a Igreja Catedral, UNAC, Escola Doméstica... Dutra era partidário do PSD e, depois do Golpe Militar de 1964, passou para a ARENA – PSD, partido preferido do Mons. Battistella e ARENA do prefeito Nerone Campo(1969-1973). À época das primeiras tratativas para a criação da FESAU, estava como Ministro da Educação (1967-69). Nerone Campo informa que o sistema adotado na modelação da instituição foi sugerido por Dutra e pelo Reitor: A prefeitura instituiria uma fundação (FESAU) e a ela transferiria os recursos para o seu funcionamento. No início destinaram-se 360 salários mínimos anuais (Lei n. 416/69, de 31.10.1969) que passaram, em 1972, a 500 salários mínimos regionais (Lei 545/72, de 29.12.1972). Campo acrescenta que “A escolha do primeiro curso surgiu como consenso da primeira diretoria da FESAU com o reitor e o ministro tendo em vista a maior facilidade de implantação e as carências do magistério do município.” Como se vê, tudo indica, há injunções político-partidárias. A FESAU, em ato de reconhecimento, denominou “Tarso Dutra” o seu Diretório Acadêmico e “José Mariano da Rocha Filho” a Biblioteca.

José Mariano da Rocha Filho (1915-1998), por sua vez, destaca-se como educador e fundador da Universidade Federal de Santa Maria (1960), a primeira fora do eixo das capitais,

estando ligado ao movimento de interiorização e democratização do ensino superior no Brasil. Criador das áreas ou distritos geoeeducacionais, pregava que a vocação do solo e a cultura da região deveriam orientar a educação. É de sua autoria, datado de 1968, o projeto que disciplina a implantação de câmpus universitário fora da cidade sede da universidade: a multiversidade, como ele denominava. Vale lembrar que o Ginásio Agrícola de Frederico Westphalen, em 1968, foi transferido para a UFSM (Decreto n. 62.128), de nível médio/CAFW, cuja filosofia “compreendida dentro da Reforma do Ensino, propugna pelo lançamento no mercado de trabalho de Técnicos Agropecuários, realmente capacitados para exercerem com eficiência sua profissão” (PANORAMA, 15). Sua biografia estampa: “É cidadão honorário de dezenas de cidades gaúchas e brasileiras onde semeou e ajudou a desenvolver o seu projeto de Universidade comunitária, da universidade ligada à terra e ao homem que nela habita”. (<http://coral.ufsm.br/planetario/mariano/historia.htm>).⁴

Comentando o projeto “Multiversidade da Universidade” da Universidade de Santa Maria (USM), Clarissa Neves observa que ele estava sob influência de lideranças leigas entrosadas no debate nacional e mesmo latino-americano sobre os novos rumos da universidade, e que se caracterizou como “um projeto influenciado pela absorção de modelos estrangeiros, baseado num intenso processo de modernização de cunho desenvolvimentista. A modernização era condição necessária para o rompimento com a dependência em relação aos centros mais desenvolvidos, como a capital do Estado. A Universidade modernizada deveria produzir os profissionais qualificados e a técnica necessária ao desenvolvimento regional” (Neves, 1992, p. 98).

A autora esclarece que tais iniciativas procuraram contar com o reconhecimento e respaldo do Conselho Federal de Educação (CFE), o que ocorreu num certo momento através da possibilidade de ampliação das vagas. “As extensões fora de sede, segundo seus idealizadores, atendiam ao apelo do governo central no sentido de aumentar e incrementar as matrículas no Ensino Superior, especialmente para os jovens que, desprovidos de recursos, não podiam se transferir para a capital” (Neves, 1992, p. 102). Lembra, também, que a multiplicação de

⁴ Estudos colocam a FESAU na terceira fase da instalação do Ensino Superior no RS, marcado como novas propostas de modelos regionais. Inclui-se, na Universidade de Santa Maria: Projeto Multidiversidade (1967), assim caracterizados: - conjunto de campi integrantes de uma mesma universidade; - Criação de 22 extensões fora da sede-cursos básicos; -Campus central USM- cursos profissionalizantes; -Convênio município e mantenedora associação - pró-ensino superior. Neves, Clarissa Eckert B. Ensino Superior Privado no Rio Grande do Sul. UFRGS/NUPES. Documento de Trabalho 6/1995.

extensões fora de sede foi autorizada durante um curto período de tempo, pois em 1971, as proibiu. E acrescenta:

Restava às inúmeras escolas e cursos implantados, o caminho da autonomia. Em diferentes localidades este se transformou num importante projeto comunitário. O apoio político do deputado e Ministro Tarso Dutra foi decisivo para concretizar muitos destes projetos na forma de IES privadas. É no conjunto destas novas instituições de ensino superior, tornadas independentes e algumas poucas preexistentes, que alguns anos mais tarde, emergirá a conceituação de IES comunitárias (NEVES, 1992, p. 9).

ESTE FOI O CAMINHO PERCORRIDO PELA FESAU.

Traçado esse panorama mais amplo, passamos agora a analisar a trajetória e os protagonistas da organização do Ensino Superior em Frederico Westphalen.

Em 1968, o candidato a prefeito Nerone Campo - pela ARENA, que ocupou o cargo de 1969-1972 - colocou em sua plataforma de governo a possibilidade da instalação de um estabelecimento de ensino superior no município. Já no início de sua administração procurou pôr essa ideia em prática. Nerone Campo (1969-1973) diz em sua entrevista:

Como professor e homem da educação entendia que o município não tinha outro caminho para promover o seu desenvolvimento que não fosse através de pesados investimentos nesse setor. Por isso, a educação em geral teve prioridade total na minha administração e o ensino superior foi o coroamento desse trabalho.⁵

Na sua posse, recordou sua prioridade e enfatizou que “A experiência tem nos demonstrado que é através da educação que as comunidades mais evoluídas atingiram altos índices de desenvolvimento geral” (CAMPO, 1969-1973, p.1). Outras lideranças abraçaram a causa e passaram a convocar e conscientizar a comunidade. Muitos manifestaram a opinião de que a cidade ainda não estava madura para uma investida de tal vulto. Segundo o depoimento oral de Arisoli A. Franciscatto - professor e advogado - o povo da época não desistia tão fácil de seus

⁵ Entrevista escrita de Nerone Campos - Porto Alegre, 24/10/2006.

objetivos, não esperavam sentados pela ajuda, se fosse necessário lutavam sozinhos pela conquista.

Reúnem-se, então, no Seminário Diocesano, o Promotor Público Dr. Vitalino C. Pereira, Pe. Arlindo Rubert - pároco - e Lírio Zanchet - professor e empresário -, com o objetivo de elaborar um ofício, solicitando uma extensão universitária. Sugeriu-se uma Faculdade de Filosofia, imaginando ser mais fácil sensibilizar as autoridades, já que teriam clientela fornecida pelo seminário.

Interessante a diversidade de pessoas que se mobilizaram na empreitada, como se vê pelas assinaturas da Ata da Assembleia Geral que aprovou os estatutos da fundação do ensino superior do Alto Uruguai, em 22 de dezembro de 1969. Vejamos seus nomes com as profissões: prefeitos municipais: Nerone Campo (1969-1973) (FW) e Casemiro Milani (Seberi); eclesiásticos: D. João Hoffmann– bispo, Pe. Guido Tafarel, Pe. Arlindo Rubert; - comerciantes: Alfredo L. Sanvido, Otávio Vanzin; - industrialista: Antônio Panosso; funcionários públicos: Arisoli Adão Franciscatto, Arisoli Martelet, Eduardo Baptista; contabilistas: Dorizel Antônio Franciscatto, Lauro Paulo Mazzutti, Rivadavia Bossoni, Werno Markus; professor(a): Elenir Terezinha Busatto, Érico Domingos Simoni, Gentil Francisco Roani, Izabel Maria Ghesti, Ophélia Sunpta Buzatto, Waldomiro Vanelli Pinheiro, Lírio Zanchet; médicos: Enio Flores de Andrade; advogados: Leonel Flores da Rosa e Nelson Pithan.

Outros colaboradores da primeira-hora foram também: Lindo Ângelo Cerutti (prefeito), Nelson Pigatto, Darci Mariotti, Mauro Chaves Vargas, Ada Maria Hemielevski, Adão Saraiva, Alcides Milani, Ampélio Damo, Antonio Paetzold, Cleo Joaquim Ortigara, Domingos Chiodi, Edegar Giradi, Jácomo Fontana, Martha Santos Lisot, Dom Bruno Maldaner e Nelson Jacomini. Lindo Cerutti afirma-nos que na época a verba federal destinada a educação só podia ser aplicada no primeiro grau, então ele próprio lutou junto ao Tribunal de Contas para a aplicação da verba na construção do prédio da FESAU, quando após muitos questionamentos e explicações foi liberado pelo tribunal de contas verbas para construção do prédio. Afirma ele que 90% dos investimentos aplicados na construção foram da própria Prefeitura.

Outras Prefeituras da região também contribuíram, algumas apenas “moralmente”. Entre os “mantenedores”, com direito a voto, sobressaem as pessoas físicas, comércios, empresas S/A,

cooperativas, rádio, bancos, colégios. Mais tarde, os professores e novos integrantes da comunidade passaram a integrar o grupo e a assembleia geral, chegando a 107 colaboradores.

A escolha do primeiro curso (Letras) surgiu como consenso da primeira diretoria da FESAU com o reitor e o ministro, tendo em vista a maior facilidade de implantação e as carências do magistério do município, além da titularidade dos prováveis professores da FESAU apresentados à UFSM. Teve início com o curso de letras em 1970 acontecendo o primeiro vestibular. Entre outras providências iniciais, a Diretoria juntamente com a municipalidade e com a Mitra Diocesana, adaptou parte do Seminário Diocesano para as aulas do Curso de Letras, durante o ano de 1970. De 1971 a 1973, as aulas foram ministradas na Escola Estadual de 1º Grau Cardeal Roncalli, em salas cedidas, mas que ainda estavam em construção, por isso, em 1973, por dificuldades de espaço físico, a Extensão universitária passou a funcionar na Escola Nossa Senhora Auxiliadora. O prefeito Lindo Cerutti (MDB), sucessor de Nerone Campo, colaborou muito canalizando dinheiro do município para construir prédio próprio.

Passando a análise do “Estatuto da Fundação de Ensino Superior do Alto Uruguai – FESAU”⁶, podemos destacar os aspectos que, a nosso ver, a caracteriza e a diferencia de outros modelos de educandários. No capítulo I, evidencia seus objetivos, dizendo que é uma “entidade filantrópica de direito privado, sem fins lucrativos (...) tem por objetivo manter o ensino de nível Superior na região geoe educacional do Médio Alto Uruguai”; - tem sede e fórum na cidade de Frederico Westphalen; o parágrafo único do Art. 1º diz que o ensino será ministrado pelo IESAU, mantido pela FESAU, portanto dando autonomia administrativa e pedagógica. O art. 4º expressa que é “vedada a discriminação racial, religiosa, social, de cor e ideológica”, garantindo a pluralidade e acessibilidade universal. Já o Cap. II, no seu Art. 7º afirma que os “bens e direitos da Fundação serão usados exclusivamente na consecução de seus objetivos”, portanto vedando a distribuição de qualquer vantagem a seus mantenedores e dirigentes. Eventuais saldos serão aplicados no aumento do patrimônio, capacitação do corpo docente e serão aplicados no mínimo, 20% do saldo em gratuidade (Art. 10, § 1º e 2º). Quanto à administração, vê-se que previa que o órgão da Assembleia Geral seria constituído por: mantenedores contribuintes por cinco anos, um

⁶O Estatuto da FESAU foi registrado no Cartório de FW, livro A-2, fs. 80 a 82, n. 108, em 07.04.1970, com alteração em 05.10.1978. Cf. Estatuto da Fundação de Ensino Superior do Alto Uruguai – FESAU. Frederico Westphalen, base das referências acima.

representante e um aluno de cada estabelecimento de Ensino Superior e de Segundo Grau sediado no Município sede da Fundação, um representante dos funcionários, o prefeito municipal e um membro do corpo docente (Cap. III). Competia à Assembleia Geral eleger o Presidente da FESAU, o Conselho Diretor e o Conselho Curador; anualmente apreciar e votar o Balanço Geral, as contas, os documentos e o Relatório das Atividades da Fundação (Cap. IV). Já ao Conselho Diretor, formado por sete membros efetivos, cabia à administração e superintendência da Fundação (Cap. V). Por fim, ao Conselho Curador, constituído por seis membros, competia, entre outras funções, dar parecer sobre assuntos levados à Assembleia Geral e sobre a Prestação de Contas (Cap. IX).

O compartilhamento dos postos de comando da FESAU entre membros da Mitra Diocesana (Igreja Católica) e a prefeitura municipal pode ser visto na composição das Diretorias. Em 1969 e 1970 é presidente da FESAU o prof. Érico D. Simoni e Pe. Arlindo Rubert figura no Conselho; em 1971, é Dom João Hoffmann, que passa no mesmo ano para Nerone Campo; seu sucessor, em 1973, é Dom Bruno Maldaner, que permanece até 1979 e retorna entre 1991 e 2006. Neste lapso de tempo, assumem prof. Cleo J. Ortigara (1979-84), prof. Nelson Jacomini (1985-86), prof. Adão Saraiva (1988-1990), prefeito Deoclides Vendrusculo (1986-87) e o comerciante Nelso Pigatto (2007-2014).

Na vice-presidência se revezam os prefeitos: Nerone Campo (1970-72), Lindo A. Cerutti (1973-78), Osvaldo Cerezer (1979-84), Deoclides Vendruscolo (reeleito) com Edemar Girardi. Acrescenta-se que, entre 1971 a 1978, Pe. Rubert e entre 1979-1984 Dom Bruno compuseram o Conselho Curador.

A professora Ada Maria Hemilewski em seu dizer coloca: "A adoção do sistema comunitário adotado na construção da Universidade foi a melhor solução, uma vez que, era uma luta da comunidade regional como um todo e não de alguém ou algum grupo com fins lucrativos".

Os entrevistados são unânimes em dizer das grandes vantagens que representou o surgimento do ensino superior, como fator de desenvolvimento e que alavancou o crescimento da cidade como polo regional. Por exemplo, essa declaração da entrevista escrita de Nerone Campo:

O Ensino Superior foi uma conquista de toda uma comunidade regional mobilizada, que provocou o progresso material e cultural do município, onde o comércio se desenvolveu e o setor

imobiliário cresceu fortemente, trouxe enormes benefícios aos estudantes, que hoje não precisam mais sair da região para ingressarem em uma Universidade.

Um novo panorama se descortina em termos de ensino superior surge com o ingresso da FESAU em uma rede de outras IES, na perspectiva de uma futura Universidade Regional Integrada.

O Distrito Geoeducacional 387. Esta, em 1985, abarcava 12 Instituições de Ensino Superior e 113 municípios do Norte-Noroeste do RS. Sediava 15 Delegacias da Secretaria da Educação e Cultura do Estado. Possuía uma área de cerca de 70 mil km², abrigava uma população de pouco mais de 2.000.000 de habitantes. Estimavam-se em 400 mil alunos de 1º Grau e 50 mil de 2º Grau, distribuídos em 6.183 escolas das redes municipal, estadual, particular e federal.

Remonta a 1970 as primeiras tratativas de integração de algumas IES, através de tarefas comuns. Em 1976 foi formalizado um Protocolo e Convênio de Intercâmbio e Mútua Colaboração, instalando o Conselho Distrital que passa a dinamizar a vida do Distrito. Essa integração desencadeou diversos programas em conjunto: de Capacitação de Recursos Humanos que firmou convênio com a CAPES e possibilitou o ingresso nos cursos de Mestrado e Doutorado; de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino Superior através de “Seminários Integrativos” onde eram partilhados os conhecimentos e diferentes experiências entre docentes do Distrito; de Estudos Conjuntos; e Política de Integração do 1º, 2º e 3º Graus, iniciado em 1980 e que se operacionalizou em cinco “Encontros de Integração de IES e Agências Oficiais de Educação e Cultura do RS” (MIKOSKI e ORTIGARA, 1985).

Uma avaliação da experiência do DGE-38, em 1985, assinalava a superação do isolamento das IES entre si, com as Des e SMECs e com as escolas:

⁷ Pela Lei 5540/68, em seu Art. 10. O Ministério da Educação e Cultura, mediante proposta do Conselho Federal de Educação, fixará os distritos geo-educacionais para aglutinação, em universidades ou federação de escolas, dos estabelecimentos isolados de ensino superior existentes no País. O Parágrafo único, estabelecia que “Para efeito do disposto neste artigo, será livre a associação de instituições oficiais ou particulares de ensino superior na mesma entidade de nível universitário ou federação”. Pela Portaria Ministerial no 514/74, o País foi dividido em Distritos Geoeducacionais, estando 4 localizados no RS. A divisão atendia ao princípio da unidade educacional, considerando as características de cada região. Em outubro de 1974 foi constituído um grupo de estudos visando à implantação do DEGE-38. A partir de 1986, reestrutura-se o modelo organizacional do DEGE/38, com a criação dos Conselhos setoriais, constituída pelas Mantenedoras e Mantidas em Ensino Superior, DEs/RS, SMECs e Órgão diretamente envolvidos, mantendo-se as linhas básicas de ação: integração, articulação interinstitucional, cooperação e realização de atividades conjuntas.

A consciência dos educadores sobre a realidade e importância do encontro para o exame dos problemas de projetos comuns é um fato. O desenvolvimento de atividades através dos projetos, não somente tem solucionado problemas comuns, como tem fortalecido a consciência e necessidade de ação conjunta e tem aproximado pessoas e o da instituições. (Idem, p. 22).

Doutra parte, evidenciaram-se contradições existentes no interior das instituições e contradições externas entre as diversas organizações, como a concorrência entre as IES, os privilégios das universidades em relação às escolas isoladas, a desconexão entre discurso e prática no planejamento participativo; entre o discurso democrático e uma postura autoritária. Do limão destas contradições, sua explicitação proporcionou um maior autoconhecimento das IES, mostrou seus limites e potencialidades e desafiou a busca de novas sínteses integradoras e um planejamento global (id. 23). O mote seguido naquele momento foi o resgate e aprimoramento da identidade escolar. As suas lideranças estavam convictas que se consolidavam como germe de universidade comunitária:

Na medida em que se insere na realidade regional para pesquisar, falar e ouvir todos os segmentos da sociedade, mesmo os não escolarizados, superam a tese que considera as instituições apenas como aparelhos de reprodução social. Ao contrário, constituem-se em instrumentos dinamizadores da sociedade, buscando superar as graves contradições desta sociedade (idem, p. 24).

Neste momento as IES acumulavam 20 anos de experiências. O quadro conjuntural neste interregno havia se alterado. A Carta Consulta⁸ (1990) avalia o avanço do processo histórico e a situação econômico-social-política da região:

“Evidencia-se a contradição: ao lado da crescente evolução tecnológica, da modernização da vida socioeconômica, surgem graves problemas: a estrutura agrária entra em crise ocasionando reflexos no setor primário e secundário. O homem é desenraizado de seu meio, aumentam os conflitos e crises, valores considerados permanentes passam a ser questionados, decisões e planos exógenos fazem do homem regional mero autômato e executor de políticas alheias a seu interesse imediato” (URI, 1990, p. 49).

Na verdade, os estudos do DGE-38 assinalavam uma situação mais sombria na sua região. Por exemplo, o documento “DGE-38: caracterização socioeconômica (atualização)”⁹, após

⁸ O Grupo Tarefa – URI responsável pela Carta Consulta, o instrumento básico de criação da Universidade, estava formado pelos profs.: Cléo J. Ortigara, Glênio R. Cabral e Mara R. Rosler).

⁹ CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE EREXIM. *DGE: caracterização socioeconômica*. Erexim, 1984. Coord. Ernesto Cassol; Pesquisadores: Ernesto Cassol, Nedio Piran, Neide Lourdes Piran e Nely Zaffari; estatístico Odival

assinalar que a região se caracteriza economicamente pela economia primária e que passa por um processo de especialização trigo-soja, milho-suíno, que sofre forte cartelização, enfatiza que “neste esquema o pequeno proprietário não tem condições de lucrar, sendo forçado a, finalmente, se desfazer da terra, conforme revelam as informações censitárias. (...) Estudos da FEE/RS preveem que em 1985 o DGE-38 terá tão somente 1% a mais do que a população residente em 1981”.¹⁰

Quanto ao ensino, as constatações são menos esperançosas:

Todas as IES do DGE-38 são privadas, portanto, pagas. O ensino superior, por ser pago, é cada vez menos acessível. Portanto, nem mesmo o ‘estudo’ serve mais como meio de ‘ganhar a vida’. Aliás, a tendência é se abrirem cursos que menos infraestrutura exijam e se produzir ensino cada vez menos qualificado. As atividades de extensão e pesquisa habitualmente enfrentam as piores dificuldades. A possibilidade de reprodução do capital através de um diploma superior fecha-se para a maioria. E justamente no momento em que um maior número buscava no ensino superior uma alternativa de vida, esta também se torna inacessível pelo seu custo”.¹¹

O documento conclui se perguntando sobre o que podem fazer as IES diante de um quadro de modernização dependente, de proletarização e numa realidade onde os instrumentos formais de decisão não estão ao alcance das forças da região? A saída foi o projeto da criação de

Faccenda; cartógrafo Edson J. L. de Campos; Desenhista Nádia Chichoski. A primeira versão foi elaborada pela FIDENE, de Ijuí, em 1978. A segunda edição acrescentou os novos estudos e apresenta ensaio de interpretação.

¹⁰ Op. Cit., p. 190. Serviu de base para estudo, o artigo de BRUM, Argemiro J. Crise econômica e seus reflexos nas instituições de ensino superior. *Perspectiva*, n. 29, pp. 3-11, Erechim, jun/1984.

¹¹ Idem, p. 193.

uma Universidade de caráter comunitário, na forma “multicâmpus”, que estava prevista na Lei no 5540/68.¹²

O Projeto Universitário via Carta Consulta¹³, foi acolhido pelo Conselho Federal de Educação na data de 04 de dezembro de 1990 e teve seu reconhecimento em 06 de maio de 1992 pelo parecer n° 285 do CEF e em 19 de maio de 1992, pela Portaria n° 809, homologada pelo então ministro da Educação Sr. José Goldemberg. O prof. Edemar Girardi, diretor da URI-FW, estando presente no ato da Assinatura, recorda que o Ministro Goldemberg disse “Estou assinando o modelo de Universidade do futuro”.

O arranjo entre os três câmpus previu, no início da URI, um compartilhamento de pontos de direção: reitoria em Erechim, a FURI com sede em Santo Ângelo e o primeiro reitor de FW.

¹² Esta lei fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Prevê no Art. 1º que o ensino superior tem por objetivo a pesquisa, o desenvolvimento das ciências, letras e artes e a formação de profissionais de nível universitário. O Art. 4º estabelece que os estabelecimentos de ensino superior isolados constituir-se-ão, quando particulares, sob a forma de fundações ou associações. Art. 8º Os estabelecimentos isolados de ensino superior deverão, sempre que possível incorporar-se a universidades ou congregar-se com estabelecimentos isolados da mesma localidade ou de localidades próximas, constituindo, neste último caso, federações de escolas, regidas por uma administração superior e com regimento unificado que lhes permita adotar critérios comuns de organização e funcionamento. A Universidade, na consolidação das etapas previstas no seu projeto institucional, gerou e obteve aprovação dos seguintes atos: • Protocolo Carta Consulta/Projeto de Universidade – 1990. - • Parecer n° 919/90 CFE – aprovado 04/12/90 – Autorização (Carta Consulta) para criação, por via do reconhecimento, da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. • Parecer n° 471/90 CFE de 09/05/90 – aprova a Fusão de Mantenedoras. • Parecer n° 507/90 CFE, de 04/06/90 – retifica o Parecer 471/90, visa à inclusão do Curso de Graduação de Professores da Parte de Formação Especial do Currículo do Ensino de 2º Grau. • Portaria n° 907/90, de 20/09/90 – aprova a Fusão de Mantenedoras no Estado do Rio Grande do Sul. • Parecer n° 650/90 CFE, de 09/08/90 – aprova do Regimento Unificado dos Centros Integrados de Ensino. • Parecer n° 176/91 CFE, de 14/03/91 – retifica do Parecer 471/90 e da Portaria 907/90. • Parecer n° 313/91 CFE, de 06/06/91 – aprovam alterações no Regimento Unificado dos Centros Integrados de Ensino de Erechim, Frederico Westphalen e Santo Ângelo. • Portaria n° 669/91, de 09/05/91 – aprova o Regimento Unificado dos Centros Integrados de Ensino no Estado do Rio Grande do Sul. • Parecer n° 285/92 CFE, de 06/05/92 – aprova o reconhecimento da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. • Portaria n° 708/92, de 19/05/92 – aprova o reconhecimento da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. • Parecer CFE n° 316/94, de 07/04/94 – aprova a transferência da Mantenedora e dos Cursos da FESAN para FuRI. • Portaria n° 1161/94, de 02/08/94 – afirma a transferência dos cursos do FESAN para a FuRI. • Parecer n° 106/95 CEED/RS, de 13/01/95 – aprova o Regimento e Bases Curriculares das Escolas de 1º e 2º Graus – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, sediadas nos câmpus de Erechim, Frederico Westphalen, Santo Ângelo e Santiago.

¹³ UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES – URI. Carta Consulta com vistas à criação pela via de reconhecimento da URI. Santo Ângelo: Gráfica Santo Ângelo Ltda, 1990 (Grupo Tarefa – URI: Cléo J. Ortigara, Glênio R. Cabral e Mara R. Rosler).

UMA PALAVRA FINAL

A elaboração da presente pesquisa e as reflexões permitiram, para além de trazer novos elementos da história da origem da FESAU e seus desdobramentos, reafirmar, com mais embasamento, o seu caráter eminentemente “comunitário”. Coroamento desse processo foi a Portaria nº 665, de 5 de novembro de 2014, que qualificou a URI como Instituição Comunitária de Educação Superior (ICES). Fica-nos a convicção de que o ensino superior em Frederico Westphalen nasce com essa marca e que permanece na sua trajetória. Comunitária não somente porque foi concebida por diferentes pessoas de diferentes segmentos sociais que procuramos enfatizar: lideranças políticas, membros da Igreja, educadores, profissionais liberais, empresários. Comunitária porque foi formatada com um modelo de gestão participativo e democrático; comunitária sobretudo porque tem sua razão de existir na realidade regional, comprometida com os interesses da comunidade, com as demandas da sua população. Uma relação que torna o ensino dinâmico como são dinâmicas a sociedade e a realidade. Daí sua virtude de repensar-se e reinventar-se continuamente, mas sem perder de vista o seu DNA comunitário. Sem dúvida, uma experiência que não pode ser descurada para quem quiser pensar, planejar e transformar o presente e o futuro do Ensino Superior no Brasil.

Abstract: This text aims to reconstruct the historical origins of higher education in the city of Frederico Westphalen region, focusing primarily on social groups and agents who acted in its implementation. It aims to identify the ideals of the pioneers protagonists, and the design and format of the Community model of higher education developed in the region. Reflections show the structuring experience of a university upon in participatory bases, which gives priority to the collectivity, and is marked by commitment to the region. This founding relationship with the community requires from and allows the academy to develop a continuous and dynamic process to rethink and restructure itself. This bibliographic investigation examined the original documentation from the archives of FESAU / Furi and also relied on testimonies of those involved in the implementation of FESAU.

Keywords: higher education, community education model, FESAU.

Resumen: En este texto se intenta reconstruir los orígenes históricos de la enseñanza universitaria en la región del municipio de Frederico Westphalen, enfocando con prioridad los grupos sociales que actuaron en su implantación. La intención es identificar los ideales de los protagonistas pioneros, la concepción y el formato del modelo comunitario de enseñanza universitaria presente en su surgimiento. Las reflexiones ponen de relieve una experiencia de estructuración de un establecimiento de enseñanza en bases participativas, que prioriza lo colectivo y está señalada por el compromiso con la región. Este vínculo fundador con la comunidad exige, y permite, de la academia un proceso continuo y dinámico de pensar y reestructurar a sí misma. La investigación tuvo como instrumentos de análisis la bibliografía existente sobre el tema, la documentación original de los archivos de la FESAU/FuRI, además de aclaraciones de los involucrados en la creación de la FESAU.

Palabras clave: Enseñanza universitaria. Modelo comunitario de enseñanza. FESAU.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOTH, A.; FRANTZ, T.. As Escolas ‘Particulares’ do DGE-38 sua natureza pública e comunitária. In: **Distrito Geo-Educacional 38: Raízes da Educação e da cultura no Distrito Geo-Educacional-38 uma revisão e prospecção.** Frederico Westphalen: Litoarte Marin, 1985. p.7-15.

BRUM, A. J. Crise econômica e seus reflexos nas instituições de ensino superior. **Perspectiva**, n.29, pp. 3-11, Erechim, jun/1984.

CAMPO, N. Frederico Westphalen a Passos Largos. **Relatório da administração** - Frederico Westphalen: Editora Marin 1969-1973.

CENTRO de Ensino Superior de Erechim. **DGE: caracterização socioeconômica.** Erechim, 1984. Coord. Ernesto Cassol; Pesquisadores: Ernesto Cassol, Nédio Piran, Neide Lourdes Piran e Nely Zaffari; estatístico Odival Faccenda; cartógrafo Edson J. L. de Campos; Desenhista Nádia Chichoski.

ESTATUTO da Fundação de Ensino Superior do Alto Uruguai FESAU. Frederico Westphalen, 16.03.1982. s.d.

MIKOSKI, M.; ORTIGARA, C. Dinâmica do DGE-38. In: **Distrito Geo-Educacional 38: Raízes da Educação e da cultura no Distrito Geo-Educacional-38 uma revisão e prospecção.** Frederico Westphalen: Litoarte Marin, 1985. p.16-25.

NEVES, C. E. B. Ensino Superior no RS: Interiorização e Modelos Regionais. In: Marília Morosini e Denise Leite (Org.). **Universidade e Integração no Cone Sul**, Porto Alegre: Ed. da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1992, pp. 95-112.

_____. Ensino Superior Privado no Rio Grande do Sul. UFRGS/NUPPES. **Documento de Trabalho 6/1995**. Disponível em: <<http://nupps.usp.br/downloads/docs/dt9506.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2014.

PANORAMA do Alto Uruguai (Revista) Frederico Westphalen: Litografia Marin, ano1, n.1, maio/1978.

REVISTA da Universidade Regional Integrada. Universidade Regional Integrada/URI. Santo Ângelo, 1989, v.I, n. I.

REVISTA em Comemoração aos 25 anos de Ensino Superior em Frederico Westphalen. Frederico Westphalen: URI/FW, 1995.

SPONCHIADO, B. A. **Dom Bruno Maldaner: 50 Anos a Serviço da Igreja**. Frederico Westphalen, EDIURI, 2000.

UNIVERSIDADE Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI. **Carta Consulta com vistas à criação pela via de reconhecimento da URI**. Santo Ângelo: Gráfica Santo Ângelo Ltda., 1990 (Grupo Tarefa – URI: Cléo J. Ortigara, Glênio R. Cabral e Mara R. Rosler).